

ATA DA 083ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2014  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Carlos Stüpp - Ciro Roza - Daniel Tozzo - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Paulo França - Reno Caramori - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Sra. deputada Ana Pula Lima, srs. deputados, esta Presidência, já na abertura desta sessão, quer, em nome de todos os integrantes desta Casa, cumprimentar o querido povo de Blumenau pela passagem de mais um aniversário de emancipação política daquele pujante município. O nosso abraço carinhoso a todos os blumenauenses.

A cidade de Blumenau exerce uma liderança muito forte no grande vale do Itajaí, e esta Casa se congratula com todos aqueles que construíram uma história de muito sucesso para Santa Catarina e para o Brasil.

Parabéns a todos os blumenauenses pela passagem de mais um aniversário de emancipação político-administrativa.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada, sr. presidente, srs. deputados! Um cumprimento muito especial também para quem nos acompanha pela TVAL, Rádio Digital e para quem nos dá a honra pela presença nesta tarde na sessão plenária.

Quero dar continuidade à fala do sr. presidente deputado Joares Ponticelli. Realmente é uma tarde muito especial também para a minha cidade Blumenau que hoje está de aniversário.

(Passa a ler.)

"É com muita alegria, senhoras e senhores, que inicio o meu pronunciamento nesta tarde com uma homenagem à cidade onde vivo. Cidade que tenho orgulho de representar nesta Casa, a minha querida Blumenau que no dia de hoje completa 164 anos de emancipação político-administrativa.

Nesta data que é de festa, de celebração, peço licença para ler os versos do saudoso poeta catarinense Lindolff Bell, que expressam parte do que sinto hoje.

'Serei breve, mas não tão breve que a eternidade escape do coração;

Porque sobre a terra cresce um sonho de grão em grão até a plenitude;

É meu sonho de terra justa e perfeita e dividida.'

Blumenau se confunde com a minha história de vida. Nela cresci, formei família, crio meus filhos. Minhas raízes vão além também da minha vida política, porque a minha vida política foi constituída na relação amorosa e definitiva que tenho com a cidade, com a sua gente, com a geografia e com a história de Blumenau. Costumo lembrar-me do trajeto que faço diariamente para cumprir as funções como deputada nesta Casa. Saio cedo, quando é noite ainda. Retorno no final do dia, após o trabalho. Preciso dessa relação.

Blumenau é a minha identidade e a minha verdade como cidadã e também como parlamentar.

Toda a minha participação na política tem como principal foco a cidade que amo tanto. Na elaboração de projetos e no conjunto da atuação como deputada, sempre penso nas ações que poderão tornar a vida melhor para as mulheres e homens aguerridos da cidade de Blumenau. Assim como a história de Blumenau e a da sua população, também a minha história é marcada pelos fatos que fazem a nossa cidade ser digna de respeito em nosso país e internacionalmente.

Blumenau é formada por uma gente guerreira, desbravadora, corajosa e trabalhadora. Sua cultura tem a forte influência nos alemães que fundaram aquela cidade. Mas hoje temos lá uma miscigenação de raças, que escolheram esse lugar para viver, porque Blumenau tem a marca, também, do empreendedorismo e também acolhe carinhosamente a quem a compreende e respeita. Então, todos são muito bem-vindos à nossa cidade.

Mas, srs. deputados, todos também conhecem a magnífica capacidade de superação dos blumenauenses e a sua hospitalidade. E tem também suas belezas de uma natureza que é vibrante e encanta. Já sofremos muito com as catástrofes climáticas e aprendemos a lidar com elas, que já fazem parte da nossa rotina. Lutamos diariamente para que as obras de contenção das cheias, que estão acontecendo, saiam o mais rapidamente do papel."

Sempre costumo dizer que uma cidade que tem um rio é uma bela cidade. Blumenau tem um magnífico rio, o Itajaí-Açu, que em algumas épocas causa transtornos, pois acontecem grandes enchentes, mas o povo de Blumenau sabe lidar com isso muito bem, sempre superando as adversidades.

(Continua lendo.)

"Não há um dia que eu deixe de admirar a curva do nosso rio Itajaí-Açu. Cresci e vivi perto desse rio que corta a nossa cidade, e é perto dele que quero continuar vivendo. Por tudo, pelas coisas mais simples como nossas avenidas, nossa arquitetura, nossa capacidade para o trabalho,

admiro e sou parte do meu lugar. Sou agradecida a tudo de bom que esta cidade representa em minha vida. Por ela o nosso compromisso de continuar a honrar a nossa gente com muita dedicação, com muito trabalho para que as pessoas tenham, sim, o melhor lugar para viver.”

Em relação a isso eu também lamento que algumas coisas não estejam acontecendo como a gente gostaria de acontecesse, na nossa cidade. Eu que tenho andando constantemente, principalmente nos últimos dias, por todo o estado, tenho ouvido muito a nossa gente, e ela está cobrando muito, principalmente ações do governo municipal nos bairros da nossa cidade, nas questões da saúde, da educação e das obras que precisam ser agilizadas.

É uma pena que Blumenau não está acompanhando a passos largos o desenvolvimento que tem acontecido neste país, mas a nossa população merece respeito porque constrói essa magnífica cidade, orgulho para Santa Catarina e o Brasil.

Para finalizar a minha fala registro com satisfação, hoje, dia 2 de setembro, apesar de haver grandes festejos em Blumenau, a vitória da comissão de Constituição e Justiça pela aprovação do Projeto de Lei n. 0179/2008, de minha autoria e do deputado Jailson Lima, com relação a banir o uso de amianto neste estado.

Esse projeto tramita nesta Casa há muito tempo, já passou por grandes debates, grandes audiências públicas, movimentação, com especialistas vindos de diversas partes do país. O projeto proíbe no estado de Santa Catarina o uso de materiais ou artefatos que contenham na sua composição o amianto, asbesto ou outros minerais com fibra de amianto.

A aprovação do projeto na comissão de Constituição e Justiça representa uma vitória dos trabalhadores e da população. É uma questão de saúde e de respeito aos trabalhadores e à população.

Agradeço aos deputados da comissão de Constituição e Justiça que acolheram o projeto e reitero o pedido para que possamos aprová-lo no plenário ainda nesta semana. Há uma comissão

conversando com os deputados desta Casa para que possamos aprovar o projeto e banir neste estado o uso do amianto, o que representará um avanço que já foi obtido em muitos estados da federação e em muitos países.

Peço muita sensibilidade para aprovarmos esse projeto, que há muito tempo esses trabalhadores estão esperando.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Estimados catarinenses que acompanham essa sessão.

Há uma série de assuntos para tratar nesta semana, mas, em homenagem ao companheiro Leonel, que está aqui acompanhando esta sessão e trouxe-nos a agenda propositiva do Conselho Nacional da Saúde, que foi aprovada numa reunião ordinária do Conselho em 18 de julho de 2014 e traz os objetivos e metas com relação inclusive às disputas eleitorais deste ano, quero fazer essa referência e ressaltar pontos importantes que constam nesse documento.

Com o objetivo democrático, o Conselho Nacional da Saúde apresenta à sociedade brasileira a sua agenda propositiva de 2014, e está em debate o futuro das administrações dos estados e do país. A saúde é a grande prioridade de todos os governantes e esse debate tem-se intensificado, mas é preciso de fato reforçar a tese de que só haverá prioridade se os governos em todas as esferas assumirem isso como prioridade e aplicarem os recursos necessários.

Nesse documento quero destacar as propostas do Conselho Nacional de Saúde que coloca em primeiro lugar a garantia do direito à saúde e o acesso a cuidados de qualidade. Então, isso é um dos primeiros temas que falam que as reformas estruturais que favoreçam a saúde devem ser feitas no país. Faz também uma referência à aprovação do projeto de iniciativa popular, apoiado por mais de dois milhões e duzentas assinaturas, articulado

pelo Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública, chamado Saúde+10. Inclusive esta Assembleia também se engajou nesta campanha que determina a aplicação anual de 10% das receitas correntes brutas da União ou seu equivalente. Defende ainda o documento e nós também defendemos isto:

(Passa a ler.)

“Acabar com a desvinculação das Receitas da União, a chamada DRU, para os orçamentos da Seguridade Social; ampliar a oferta de serviços de saúde de modo atender às necessidades de saúde, respeitando os princípios da integralidade, humanização, justiça social e as diversidades ambientais, sociais e sanitárias das regiões; garantir o acesso universal e igualitário a serviços e ações de qualidade, por meio da manutenção e ampliação da rede pública de saúde, como espaço de cuidado, de formação de pessoal e de trabalho; reduzir as desigualdades de acesso por condição de renda, gênero, raça, geração e condição de vida, respeitando os direitos humanos, as escolhas das pessoas e suas práticas e saberes em saúde.”

Enfim, vai relacionando todos aqueles itens julgados importantes e fundamentais para promover de fato a saúde como prioridade. Um dos itens, inclusive, refere-se a “Promover o fortalecimento da gestão compartilhada e solidária entre o município, o estado e a União, nas regiões de saúde, visando a oferecer ao cidadão o cuidado integral.”

Destaco também o item da valorização do trabalho e da educação na saúde; da proteção e valorização o trabalho na saúde, formulando diretrizes nacionais, implantando planos de carreiras, cargos e salários; do combate à precarização das relações de trabalho; da ampliação das ações de provimento e fixação de equipes multiprofissionais para o SUS em todas as regiões do país; de assegurar ambientes de trabalho saudáveis; de garantir a aplicação de 10% do PIB na educação, contemplando os ambientes de aprendizagens e as práticas do serviço do SUS; de

regular a formação de profissionais de saúde e do fortalecimento da participação social da saúde, através também do fortalecimento da elaboração de orçamentos participativos em todas as esferas do SUS. Aliás, defendo que todas as esferas de governo deveriam de fato priorizar a participação da população nos seus governos.

Nós, aqui, em Santa Catarina, temos uma das poucas formas de participação direta do governo, que é o chamado Orçamento Regionalizado, mas que sofreu baques por conta da não execução daquelas obras prioritárias elencadas pela região. E nós temos que fortalecer o mecanismo da participação. Quanto mais a participação da população acontecer melhor ainda. E nessa área da saúde também temos que defender que os Conselhos da Saúde, as pessoas relacionadas à área da saúde, possam ter uma participação efetiva. Inclusive, uma das deliberações das propostas do Conselho Nacional da Saúde é respeitar a competência legal, a autonomia e as decisões do Conselho da Saúde na formulação de políticas e na fiscalização de gestão.

Para encerrar, sr. presidente, vou tocar num assunto espinhoso, mas que eu não poderia deixar de tocar.

Eu quero dizer que lamento e fiquei triste em ver nos jornais o envolvimento de pessoas para burlar filas do SUS, para burlar filas de consultas, de cirurgias, segundo as denúncias dos jornais, deputado Carlos Stüpp, apurada aqui em Santa Catarina. Lamento, inclusive, que há citação de que pode até haver algum assessor parlamentar. E não podemos admitir isso, não podemos brincar com a saúde do povo, não podemos comercializar a saúde do povo.

Espero que a Polícia, realmente, levante todos esses dados e traga isso às claras. Espero que as coisas possam ser esclarecidas. E se houver algum tipo de irregularidade, que seja sanada e punidos os culpados, pois não dá para admitir que até em fila de saúde, em fila de consulta, haja fraude. Não dá para admitir. E muito menos ainda admitir se houver alguém ligado a esta Assembleia Legislativa envolvido. Não dá para encobrir isso

com peneira. E espero que realmente seja apurado isso. Não adianta nós falarmos em prioridade de saúde, não adianta falar em mais recursos, se tem gente que usa a saúde para fraudar as filas de espera. Nós temos é que acabar com as filas por conta do atendimento, mas não por conta das fraudes.

Então, quero registrar, deputado Paulo França, que lamento as notícias que estão circulando por aí. Espero que isso seja apurado e torço, inclusive, que não sejam verdades esses fatos, porque seria extremamente lamentável haver alguém ligado à própria Assembleia Legislativa, independente de função, de cargo ou de assessoramento, envolvido em fraude no sistema de saúde. Seria muito lamentável.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito para falar é o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, quem mais nos acompanha na sessão desta tarde de terça-feira ou quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Quero também parabenizar o povo de Blumenau, toda a sua gente, as lideranças políticas ou parte das lideranças políticas presentes nesta Assembleia Legislativa, representando aquela cidade e região.

A nossa pequena cidade de Imbuia, no alto vale, deputado Paulo França, completará 52 anos agora no próximo dia dez, portanto, tinha quatro anos de vida o referido município quando eu nasci. E dos nascidos em Imbuia uma grande parte mora em Blumenau, que é a grande cidade de todo o vale do Itajaí. Portanto, sentimo-nos parte dessa história e parte dessa construção.

Concordo inteiramente com o pronunciamento do deputado Neodi Saretta, quanto à questão das filas dos hospitais. É absolutamente inaceitável que servidores públicos ou pessoas na função de

serviço público usem de influências políticas para burlar as filas do SUS. Quem sabe isso, inclusive, possa ter, estou falando só em suposição, deputado Dirceu Dresch, também uma intenção de colher dividendos políticos e eleitorais.

Acho que é preciso e fundamental que todas as informações sejam divulgadas, para que a sociedade possa saber quem, até porque da forma como está ficam todos os servidores e comissionados da Assembleia Legislativa sob suspeição. E é preciso saber de onde que vem, onde é que está esse coelho, vamos dizer dessa forma assim, para não usar um animalzinho de outra denominação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DPEUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não, concedo um aparte.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado Sargento Amauri Soares, quero agradecer a possibilidade de fazer um aparte a este seu pronunciamento e dizer que esse assunto também me surpreendeu no dia de hoje.

Nós estamos recebendo nos gabinetes muitos pedidos, pois muita gente está nas filas. Prega-se que o estado está tranquilo, mas não é isso que acontece na prática, e nós ficamos surpresos e extremamente empatados com a informação.

No meu gabinete não gosto de forçar fila, de conversar com os hospitais, porque sei que tem muita gente na fila. Essa demanda existe. Agora, surpreendentemente que tem gente que paga, gente que ganha dinheiro. Isso é um absurdo e precisa ser com certeza bem esclarecido, porque a sociedade catarinense nos exige uma ação concreta nesse sentido.

Então, deputado Sargento Amauri Soares, pode contar comigo. Estaremos juntos nesta caminhada, porque não é possível ver pessoas que dizem ser servidores públicos, que deveriam servir bem à sociedade, fazer esse tipo de coisa. Isso tem que ser apurado e punido.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch, pelo seu aparte.

Como dizia, é preciso que as coisas sejam informadas à sociedade e para todos nós, para que todos os servidores da Assembleia Legislativa não acabem ficando sob suspeição por mais esse caso que supponho ter sido praticado por apenas um servidor.

Quero falar de outro assunto na tarde de hoje ou neste primeiro horário desta tarde.

Estive ontem e anteontem na região oeste do nosso estado conversando com lideranças, conversando com pessoas das mais diversas classes e setores da sociedade, nas ruas de Xanxerê e de Chapecó. E evidentemente que conversando também com policiais e bombeiros militares, nossos companheiros e nossa gente. Então, pude fazer uma reflexão sobre o que se vê e o que acontece de fato em termos de segurança pública neste estado.

Nós temos visto, e creio que todas as pessoas também, nas ruas das maiores cidades do estado, um número razoável ou de novos policiais militares fazendo a Operação Presença, que é um policiamento ostensivo e preventivo de caminhar pelas ruas. Isso é bom, porque essa é uma das demandas mais sentidas da sociedade catarinense.

Conversando com policiais em Chapecó, podemos perceber que essa presença está apenas nas grandes cidades, e dentro dessas grandes cidades apenas nas ruas mais movimentadas ou dos bairros chamados de nobres, porque na periferia e mesmo nas grandes cidades falta e continua faltando policiamento. Existe determinação inclusive que as viaturas fiquem paradas, mas que os policiais militares novos não sejam colocados nas viaturas para irem atender às ocorrências na periferia, por exemplo, na mesma cidade de Chapecó.

Conversei também com policiais militares que trabalham nas cidades vizinhas, e nessas cidades continuam trabalhando apenas com um policial militar por dia de serviço.

Então, aquilo que é uma grande notícia e uma boa notícia, ou seja, mais policiais circulando nas ruas, precisa se relativizar, porque estamos falando apenas das grandes cidades, das ruas centrais, dos centros das cidades e dos bairros

ricos ou nobres dessas cidades. E nos bairros populares, onde acontece muito assalto a pequenos estabelecimentos comerciais e o tráfico de drogas anda solto, infelizmente continuamos como estávamos há seis meses ou há um ano ou dois anos.

Nas pequenas cidades temos apenas um policial militar trabalhando, e quando tem, inclusive para atender a ocorrências de assalto a banco, com quadrilhas organizadas, fortemente armadas. O que se tira desse fato e dessa realidade?

Aliás, se alguém tem dúvida, pergunte para os policiais militares de Guatambu, de Planalto Alegre, de Caxambu do Sul, se melhorou a quantidade de efetivo, ou para os próprios policiais mais antigos de Chapecó, se lá há viatura, guarnição para atender às ocorrências. Não há! Só existem caminhando nas avenidas Getúlio Vargas e Fernando Machado, onde transita a opinião pública do grande oeste, especialmente da região de Chapecó.

Fica evidente o esforço do governo em tentar fazer com que a realidade seja um pouquinho mais parecida com a propaganda institucional do Pacto por Santa Catarina, ou talvez até dos programas eleitorais que têm passado. Aliás, o mundo é maravilhoso em certos programas. Na realidade é bom terem contratado mais policiais militares, e precisamos que contratem ainda mais, mas é lamentável que usem os novos policiais militares como vitrine num período pré-eleitoral, porque a realidade para a maioria da população continua exatamente como estava até recentemente.

Por outro lado, é necessário dizer que quando tem que se colocar muitos policiais na rua é porque já há uma situação de insegurança. A presença do policial na rua é muito necessária, pois é evidente que já não é mais para a prevenção, mas para a contensão de um problema social latente, existente. A verdadeira prevenção em segurança pública precisa começar pela educação, pela geração de emprego com qualidade. E aí, sim, fica inclusive mais fácil o trabalho das polícias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, quero saudar o meu amigo vereador Bicudo, de Trombudo Central, e o Cid, que está junto com o Bicudo, vereador que faz um grande trabalho no município, juntamente com o Fabinho e outras autoridades. Saúdo também a Cleide e o vereador Léo que faz um grande trabalho em Guarujá do Sul.

Preparei um material para falar sobre a questão do concurso da Polícia Civil que está em andamento, visando melhorar a segurança pública do nosso estado.

Ouvindo o deputado Sargento Amauri Soares, quero dizer que também vimos o ingresso de muitos policiais militares em todo o estado, e fico feliz com isso, pois dá uma sensação de segurança quando vemos nas ruas centrais das cidades, e vou citar Balneário Camboriú, São José, Palhoça, a Grande Florianópolis e também no interior, o aumento do efetivo policial, inclusive em algumas cidades menores, onde ainda o trânsito, infelizmente, está a cargo da Polícia Militar.

Acredito que o trânsito tem que ficar com agentes de trânsito, e o policial tem que cuidar da segurança pública, do combate ao crime, ou seja, estar onde há criminalidade.

A grande reclamação nos municípios menores, deputado Daniel Tozzo, é que 99% e mais um pouco é de gente boa que está ali. E o policial acaba, como não há área de combate à criminalidade, atuando na área de trânsito, e aí o número de multas, desde que assumiu a última turma da Polícia Militar, aumentou.

Ninguém é a favor da não coibição a irregularidades. Nós queremos que elas sejam coibidas, que o trânsito seja respeitado, mas queremos o policial para o combate à criminalidade. E às vezes, na falta do bandido

para combater, há um rigor excessivo na questão do trânsito em alguns locais, sendo que a reclamação é multa por estar sem cinto. Como é que o policial vai conseguir verificar se o motorista que está dirigindo um carro com vidro escuro estava usando cinto sem mandá-lo parar, sem abordá-lo e fazê-lo assinar a multa? Como é que o policial vai notificar o motorista que estava ao telefone sem dizer para ele parar o carro ou flagrá-lo nessa situação?

Então, o nosso pleito, o nosso pedido é, sim, para que haja mais policiais, sendo que os dois últimos governos, os governos de Luiz Henrique da Silveira e de Raimundo Colombo, realmente fizeram um incremento na melhoria da segurança pública em Santa Catarina. Há dificuldade? Há, pois enquanto tivermos uma legislação tolerante à criminalidade isso vai continuar. Um exemplo disso é aquele marginal que foi preso ontem por ter matado um cartunista de forma covarde. A defesa alegou que ele tinha, deputado Reno Caramori, problemas mentais e foi conduzido para uma clínica para fazer tratamento. Como na clínica ele não é julgado, ela deu alta para ele. Agora, ele foi preso por se envolver em um latrocínio. Se esse elemento estivesse ficado preso, não teria cometido outro crime.

A reincidência é muito grande. Os reincidentes é que praticam o crime. Aquele cidadão que pratica um fato errado, que pode ser um criminoso, que é repreendido, não volta mais ao crime, mas aquele marginal contumaz, voltado ao crime, vai continuar na criminalidade. Quem é que está praticando crime? Quem já praticou vários assaltos, latrocínios, outros crimes e está liberado. Não é nenhum outro tipo de agente que está praticando esse crime. Então, temos que combater a impunidade.

Eu assisti hoje nas propagandas eleitorais da televisão e do rádio que vamos ter agora programas para combater a criminalidade e unificar a atuação das polícias em nível nacional. É isso que é necessário fazer. É preciso que haja uma atuação sincronizada entre todos os órgãos de segurança e

uma lei rigorosa. A lei que deixa o marginal no outro dia ir para a rua não resolve nada.

Houve um período em que ficamos quase dez anos sem serem realizados concursos nas Polícias Civil e Militar e aí está hoje o furo de não se conseguir atingir um efetivo ideal. Se bem que a nossa polícia tem sido competente e tem agido com o efetivo e com os equipamentos que tem.

Nós encaminhamos um expediente ao governador do estado, ao secretário da Segurança Pública, porque foi realizado agora o último concurso da Polícia Civil. Se não me engano, são 364 vagas, mas tivemos mais de 8.000 candidatos que atingiram a média, que atingiram a nota de corte, como eles chamam, e somente mil candidatos estão previstos para serem chamados para fazer o teste físico.

Então, se chamarmos somente mil, e sabendo que 1/3 ou mais vai ser reprovado no teste físico... Hoje há pessoas que fazem vários concursos e que depois de aprovados acabam optando por aquele que tem a melhor remuneração. Mas antes de olhar a remuneração, quem vai para a segurança tem que ver se tem vocação, porque para fazer segurança tem ter a vocação e não o olhar voltado para a remuneração.

Então, o nosso pedido nesses expedientes é no sentido de que não somente mil dos últimos candidatos aprovados no último concurso da Polícia Civil submetam-se ao teste físico, mas, sim, dois ou três mil. Ou que fique em aberto e, na medida em que se precise, sejam chamados. O concurso tem validade de dois anos e pode ser prorrogado por mais dois. Portanto, que nesses quatro anos todos esses aprovados que forem necessários para preencher as vagas existentes possam ser chamados.

Tivemos oito mil candidatos que ficaram acima da nota de corte, ou seja, que atingiram a média para estar aptos para o concurso. Então, na medida em que forem chamados, ou num número maior agora, que sejam submetidos ao TAF, ao Teste de Aptidão Física, para que daqui a pouco não tenhamos um preenchimento de cargos que não venha a atingir o número de vagas que está em aberto.

Eu entendo que o pleito desses aprovados é justo. É claro que se tem que olhar o edital, ver como foi elaborado, para não causar prejuízo a ninguém. Porque se temos candidatos aprovados e daqui a pouco vamos ter que fazer outro concurso e começar todo esse processo novamente, isso vai trazer prejuízo à população de Santa Catarina. O governo tem tido esse pensamento e melhorado, sim, a segurança pública no nosso estado.

Então, esse é o nosso pleito!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos visita, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, primeiro, quero registrar que a cada dois anos temos eleições no país e este ano teremos mais uma. Temos andando pelas cidades e visto que o que de fato diferencia esse período das eleições dos outros é a presença de policiais nas ruas como nunca. Espero que essa orientação não seja feita somente durante o período eleitoral. Queremos ver isso sempre, pois essa é uma das cobranças que a sociedade faz.

Eu tenho três primas que são do oeste e estão morando na capital. E a mãe delas me perguntou, dias atrás: "O que vocês podem fazer, porque uma das minhas filhas já foi assaltada três vezes nos últimos meses"? Então, a sociedade clama por mais segurança e o estado tem que cumprir essa função.

Parece-me que é o período eleitoral que faz isso. Mas vamos continuar cobrando nesta Casa mais segurança para a população catarinense!

Em segundo lugar, quero trazer presente hoje nesta tribuna um pedido todo especial da comissão de Finanças, que tem como presidente o deputado Gilmar Knaesel. Hoje pela manhã foi aprovado na CCJ o projeto que trata de banir a questão do

amianto no estado, a exemplo de outros estados que já aprovaram essa lei.

Então, peço ao presidente da Comissão de Finanças, deputado Gilmar Knaesel, para que consigamos colocar em pauta.

Deputado Neodi Saretta, v.exa. já fez a fala sobre esse tema que envolve várias questões como a questão ambiental, a questão da saúde pública dos trabalhadores e da nossa população. Por isso as nossas centrais sindicais, as entidades como a CUT e outras estão nesta luta, todos juntos.

Quero aqui também conclamar aos nossos deputados da Comissão de Finanças para amanhã aprovarmos esse texto na comissão de Finanças e na comissão de Saúde, para ir a plenário ainda esta semana. É um apelo, um pedido que faço.

Esse tema tão importante conta com um abaixo-assinado, com praticamente 30 mil assinaturas em nosso estado, pedindo o fim na questão da produção de cisternas e outros que conduzam o amianto.

Então, sr. presidente, estamos fazendo esse pedido.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Eu gostaria de parabenizar v.exa.

Tivemos uma conversa com o deputado Gilmar Knaesel, presidente da comissão, juntamente com as entidades que estão liderando esse movimento. O projeto está chegando agora às suas mãos e s.exa. vai se posicionar mais tarde.

Fizemos um apelo também para que realmente amanhã possa ser votado.

Queremos nos somar a esse esforço para que venha para a pauta no dia de amanhã.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero trazer outro assunto que preparei para a minha fala no dia de hoje.

Depois de fazer vários roteiros, vários trabalhos em muitos municípios do grande oeste catarinense, eu me deparei com a questão da construção das cisternas para famílias

especialmente de baixa renda do Bolsa Família. E estamos preparando, junto ao Ministério Público do Estado, ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público Federal, uma intervenção sobre esse problema do programa de cisternas, porque estamos identificando várias situações que precisam ser mais bem esclarecidas.

Em 2012, o nosso estado passa por mais uma estiagem. Criamos um grupo de trabalho, com os prefeitos das associações dos municípios, com entidades sindicais e as organizações, para discutir os encaminhamentos e a busca de soluções para amenizar a problemática da estiagem do oeste.

Chegamos ao ministério do Desenvolvimento Social e Integração, em Brasília, e lá percebemos que tinha um grande programa de construção de cisternas para as famílias de baixa renda. Aí nós negociamos a possibilidade de essas cisternas também serem construídas aqui no sul, porque somente tinham sido construídas no nordeste do Brasil. Fizemos uma ação, audiências e conseguimos encaminhar essa perspectiva.

Em 2013, a secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação divulgou o edital credenciando, já em 2013, para a seleção e credenciamento de cooperativas e entidades sem fins lucrativos, para a construção dessas cisternas.

São 4.308 cisternas no nosso estado, para atender a 24.5 mil pessoas, em 79 municípios. Essas cisternas também integram o pacto pela proteção social, coordenado pela secretaria de estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Então, esse programa prevê o reaproveitamento da água da chuva no combate aos efeitos da estiagem para as famílias do nosso oeste catarinense, e o Decreto 7.535, de 26 de junho de 2011, institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - Água para Todos.

Fizemos um roteiro em vários municípios, pois recebemos inúmeras denúncias. Visitamos Xanxerê, Xavantina e outros municípios e detectamos

barbaridades que estão acontecendo lá. Primeiro, as cisternas que foram construídas, deputado Silvio Dreveck, não seguram a água, outras se encontravam no chão, caídas, e todas elas sem o encanamento, a estrutura para recolher a água da chuva.

Então, visualizamos essa situação e mais, inclusive, recebemos um documento da Câmara de Vereadores de Xanxerê. Também o nosso vereador Adriano De Martini cobrou esse tema que nos deixa muito preocupados, pois houve inclusive desvio de material, ou seja, cimento e areia. Além disso, encontraram pilhas e pilhas de cimento já vencido e o dinheiro público se perdendo.

Então, estamos entregando uma representação ao Ministério Público Estadual, ao Ministério Público Federal e também ao Ministério Público do Tribunal de Contas, para acompanhar essa questão, porque não é possível o agricultor ficar sem as suas devidas cisternas para que possa ter o seu armazenamento de água e o dinheiro público mais uma vez saindo pelo ralo.

Claro que não é o momento adequado, é um momento também eleitoral, mas tivemos uma cobrança muito grande dos agricultores. Inclusive, houve uma reportagem transmitida pela RBS, em Chapecó, mostrando essa situação. Agora, teremos tempo suficiente para repassar a todos catarinenses, mas temos que acompanhar isso de perto! Não é possível que um programa tão importante, que já funciona bem no nordeste há dezenas de anos, em Santa Catarina, infelizmente, pela irresponsabilidade, não se construiu um programa sério que trouxesse qualidade de vida aos nossos agricultores. E ajudamos a conquistar e lutar para que esse programa viesse também para o nosso estado.

Então, o nosso objetivo é fazer com que essas cinco mil famílias que estão em 70 municípios tenham o direito de receber os investimentos desse recurso público. Se alguém não cumpriu sua função, sem responsabilidade, os agricultores não podem pagar por essa conta. Queremos que alguém seja responsabilizado e construa as cisternas, recupere o cimento, a areia e os produtos que se perderam

no caminho, lá no nosso querido oeste de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos assistem pela TVAL, que nos acompanham pela Rádio Digital e público presente nas galerias.

Gostaria de registrar a presença em nossas galerias de Dionara Cardoso e de Juliana Mendes, estudantes de Direito da Univille, que estão aqui acompanhando o nosso trabalho.

Na viagem conversávamos justamente o que o deputado Maurício Eskudlark falava sobre a questão de a Polícia Militar prender e os juízes soltarem pessoas que têm envolvimento com o crime.

Isso faz com que, de certa forma, a sociedade, que vê o marginal assaltando, agredindo e violentando as pessoas, perca a crença na própria segurança pública. Quando o vê sendo solto, após cometer um delito, às vezes nem passando pelo presídio nem pela cadeia. Então, realmente isso "descredibiliza" em muito a segurança pública em nossa sociedade.

Então, realmente quero ser solidário ao deputado Maurício Eskudlark, porque a Polícia não pode fazer o papel de vilão e a Justiça o papel de mocinho. Acho que todos falam a mesma língua, todos querem combater o crime.

Quero também citar dois casos de intolerância. Uma por opção sexual e outro por racismo. Primeiro, vamos ao caso do Dawan Bueno dos Santos que foi espancado em Maringá, no Paraná, porque é homossexual. Foi espancado quase até a morte; está vivo por um milagre. Daí percebemos que a intolerância na sociedade sobre alguns aspectos é cada vez maior. Realmente é triste vez notícias como essa, ver um rapaz à beira da morte, apenas

porque escolheu ser homossexual. Isso é lastimável e faz com que percamos a fé em algumas pessoas.

Outro assunto que quero falar aqui, de forma rápida, é a questão do goleiro Aranha que foi chamado de macaco por uma torcedora do Grêmio e por outros torcedores.

Só quem sente na pele sabe o que isso significa, pois também já fui chamado de macaco na escola e no trabalho. E só quem passa por isso sabe o quanto dói; só quem sente na pele esse tipo de discriminação, esse tipo de comparação com um animal sabe o quanto dói. E nada justifica o que fizeram com a menina, ameaçando-a de morte e apedrejando a casa. O que precisa, sim, é de penas duras e medidas das autoridades para combater isso em qualquer lugar, tanto nos estádios como também no colégio, no emprego, enfim, em todos os lugares.

Então, é preciso acabar com isso. Violência e agressão não se combate com outra agressão. Sabemos que é condenável a atitude daquela jovem e de alguns torcedores do Grêmio que praticaram esse crime de discriminação racial. E isso faz com que acabemos perdendo a fé na sociedade, quando percebemos que algumas pessoas têm esse tipo de comportamento homofóbico, discriminatório e racista também.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSOL.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e público que nos acompanha na tarde desta terça-feira.

Trouxe a esta tribuna, há uns anos, a situação da Escola de Educação Básica João Gonçalves Pinheiro, em Rio Tavares, inclusive com fotos e imagens mostrando o estado de calamidade pública em que se encontrava. Trabalhei 16 anos no sistema

prisional e nunca vi um presídio em tão péssimo estado quanto essa escola há alguns anos atrás. E não aceitaria dar aula numa escola com goteiras, vazamentos e tendo uma antiga fossa aberta, com pedaços de ferro expostos, ao lado da quadra de esportes não coberta, sem telhado.

Portanto, é inconcebível que neste estado, nesta Capital, que tem uma educação considerada das mais avançadas do Brasil, encontremos uma escola nessas condições. Mas, felizmente os pais e mães dos alunos se mobilizaram no ano passado para requerer que a reforma da escola, que era para ter sido entregue para a comunidade em 2010, fosse então concluída em 2013, mas no começo de 2014 a situação ainda era a mesma. Os pais realizaram assembleias e, mobilizados, passaram a impedir que seus filhos fossem a escola, em legítima defesa da integridade física dos mesmos, em legítima defesa da qualidade da educação.

Alguns professores se solidarizaram com a comunidade e começaram a participar do movimento. O governo, que não cumpriu a sua promessa de inaugurar a escola, ao invés de garantir uma escola de qualidade, chamou o Ministério público para que este ameaçasse autuar os pais por não mandarem seus filhos para a escola, uma escola que não oferecia sequer as condições mínimas de segurança física, conforme as imagens que mostrei uns anos atrás.

Depois de muito conflito, a escola foi inaugurada ao lado do terminal urbano do Rio Tavares, com as janelas voltadas para o terminal, onde saem e chegam ônibus. Mas, pelo menos, com melhores condições de segurança. E cinco professores que participaram do movimento com a comunidade responderam processo administrativo e um deles foi demitido. O Eduardo Perondi, que se solidarizou com a comunidade do Rio Tavares, foi demitido e não poderá exercer a função de professor ACT por dois anos pelo governo, que mostra na secretaria da Educação autoritarismo no trato com as reivindicações sociais e no trato de seus próprios funcionários que se solidarizam com

as crianças, com a educação e com os pais e mães dos alunos.

É um absurdo esse autoritarismo de o governo demitir o professor que se solidarizou com os pais dos alunos da escola do Rio Tavares para requerer uma escola que oferecesse o mínimo de segurança. É um absurdo que o professor tenha sido demitido e outros quatro estejam respondendo processo administrativo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, deputado Nilson Gonçalves, nosso parceiro da cidade de Joinville, agora ampliando para Garuva, estendendo o território, em que pese limite de divisa, não é muito difícil passar e ir direto para Guaratuba.

Sr. presidente, srs. deputados, o assunto que me traz a esta Casa ou melhor a esta tribuna, hoje, é que tenho aqui em minhas mãos uma matéria do Ministério dos Transportes.

(Passa a ler.)

"Ministério dos Transportes prevê investir R\$ 11 milhões este ano."

Mas o que nos chama a atenção, sr. presidente, é que nesse material alguns dados nos remetem a fazer uma reflexão sobre as estradas brasileiras. A matéria diz o seguinte:

(Continua lendo.)

"RIO - Pelos quase 1,7 milhão de quilômetros de estradas que cortam o Brasil escoam 58% do volume nacional de cargas." Por aí dá para se ter uma ideia de como funciona o nosso transporte no Brasil, basicamente pautado no transporte rodoviário e não no transporte ferroviário, no transporte hidroviário, entre outras alternativas.

"No entanto, 80,3% - mais de 1,3 milhão de Km - não são pavimentados. Ao todo, o país tem 12,1% de rodovias pavimentadas; os outros 7,6% são vias planejadas, isto é, ainda não saíram do papel.

Dividida por esfera de jurisdição, a malha rodoviária, sob a responsabilidade dos municípios, é a que menos tem estradas pavimentadas, apenas 2%. Nas que estão na esfera estadual, a pavimentação não passa de 43,5%. As federais, por sua vez, têm 54,2% das vias asfaltadas. Os dados, de junho deste ano, são do Sistema Nacional de Viação, do Ministério dos Transportes, e incluem a rede rodoviária administrada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura (DNIT), concessões, convênios e MP-082."

Portanto, isso demonstra, em outras palavras, o quanto o Brasil perde de competitividade pelo nosso sistema de logística, ou seja, pela falta de rodovias pavimentadas, incluindo evidentemente os movimentos, mas que são utilizados pelos meios de transportes de cargas e também de passageiros, principalmente onde tem o transporte coletivo. Portanto, o Brasil está muito aquém de outros países que já superaram, longe de nós, a questão sobre as rodovias pavimentadas no sistema viário existente em cada país.

"Na nossa frente estão países como a China, Canadá, Austrália, que mantêm nos últimos 30 anos a taxa de investimento de 3,4% do PIB ao ano. Enquanto que no Brasil foi apenas 0,6% - diz Paulo Resende, coordenador do núcleo de Infraestrutura e Logística da Fundação Dom Cabral."

Eu trago isso porque o debate é sempre no Brasil a questão do custo Brasil e como nós estamos passando novamente por uma situação na economia bastante crítica, prova disso é que temos aqui mais uma matéria que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"O Brasil teve dois trimestres consecutivos retração no Produto Interno Bruto (PIB). Indicador que mede a geração de riqueza das nações. Na teoria acadêmica, tal situação indica que o país encolheu e sofre recessão técnica. Alguns analistas dizem que não é para tanto e que há

estagnação. O governo alega que o problema é momentâneo por causa da Copa, da seca e da crise internacional. Semântica à parte, o fato é que o Brasil crescia pouco e agora anda para trás, com efeitos sobre o emprego e a renda." [sic]

E quando nós falamos que o Brasil deixou passar uma grande oportunidade nos últimos 12 e 13 anos, claro que enfrentando os desafios principalmente de 2008 para cá, mas não dá para perder de vista que era o período em que seria necessário e são necessárias as reformas para diminuir o custo Brasil, que inclui o que acabamos de falar sobre o transporte rodoviário de estradas sem manutenção, rodovias sem pavimentação, falta de um sistema de ferrovias, que anda muito de devagar, de um sistema burocrático que o Brasil tem e impera a nossa situação, principalmente da indústria, fazendo com que o nosso produto tenha um preço mais elevado.

A cada fator o custo, ou seja, a infraestrutura aliada aos outros componentes como alta carga tributária, excesso de burocracia e de controles, tudo isso leva o nosso produto a um custo maior, portanto, nós estamos perdendo a competitividade e diante disso a estagnação econômica, automaticamente, inflação alta, o que reduz a nossa condição de melhorar a renda e o emprego no Brasil.

Portanto, penso que é oportuno esse tema não apenas no debate, mas como de fato aconteceram medidas e ações concretas, para podermos voltar a crescer, termos um desenvolvimento econômico e social adequado ao tamanho do nosso Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, sr. presidente. Srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, é um prazer poder voltar aqui nessa hora do nosso partido. E quero agradecer ao deputado Daniel Tozzo que cedeu o espaço para que pudéssemos aqui falar sobre dois assuntos que acho de extrema importância.

O primeiro assunto, e queria chamar a atenção do deputado Gilmar Knaesel, é que estou preocupado - e vou dar a minha posição de quem está acompanhando de fora - com relação ao assunto do amianto aqui. A minha preocupação é a seguinte: há uma corrida muito forte, deputada Ada Faraco De Luca, para que esta Casa aprove uma lei que no Supremo Tribunal Federal está empatada em um a um, com relação às Adins da proibição do uso de amianto.

Deputado Gilmar Knaesel, como vamos estar nessa correria aqui para aprovar ou não uma lei que no Supremo Tribunal Federal está de um a um e que ainda estão discutindo, se o Supremo Tribunal Federal pode votar que é inconstitucional? Que papel vamos fazer? E se rejeitarmos e o Supremo Tribunal Federal votar que é constitucional? Nós vamos fazer o quê? Então, acho que a melhor medida é esperarmos o Supremo Tribunal Federal decidir pelas Adins que estão discutindo, deputada Ada De Luca, para nós podermos ter um processo mais amplo de votação. Essa é a minha posição.

Não tenho posicionamento favorável nem contra sobre o projeto. Estou falando como alguém que está vendo de fora esse assunto. Então, a melhor forma e o que poderíamos fazer agora é esperar o que o Supremo Tribunal Federal vai decidir, deputado Padre Pedro Baldissera, porque o Supremo Tribunal Federal está com duas leis iguais a essa que está sendo proposta nesta Casa, discutindo a inconstitucionalidade. E está um voto favorável e outro contra. Então, a melhor forma é esperar para decidir esse assunto.

O segundo assunto, deputado Sandro Silva, é que sabemos que há 40 anos começou a surgir no Brasil formas de terapias, comunidades

terapêuticas, que antes eram chamadas de Centro de Recuperação de Viciados, que depois passaram a ser denominados usuários, após, viraram centro de recuperação. E passaram a criar centros terapêuticos, que são comunidades em ambiente não hospitalar, onde o grande conceito dessas entidades é a convivência entre os internos, deputado Valmir Comin.

Temos várias igrejas, sejam elas evangélicas, não evangélicas, temos todas as linhas em forma de religião fazendo algo para o bem-estar do cidadão que está dependente químico e que quer se livrar das drogas, deputado Padre Pedro Baldissera.

A Igreja Católica tem um trabalho fantástico na Fazenda da Esperança, que eu já conheci. Os espíritas também têm várias comunidades de centro de recuperação; as Igrejas Evangélicas têm várias comunidades. E agora, para minha surpresa, o Conselho Nacional de Política sobre Drogas (CONAD), o presidente, o sr. Vitore Maximiano, faz uma diretriz e uma norma sabe sobre o quê, deputado Padre Pedro Baldissera? Proibindo as comunidades terapêuticas de falarem em religião.

Volto a falar, deputado Nilson Gonçalves, o governo federal, através do Conselho Nacional de Política Contra Drogas, baixou uma norma, deputado Antônio Aguiar, proibindo falar de religião dentro dos Centros Terapêuticos de Reabilitação de Dependentes Químicos.

E daí? Como será feito isso, Deputado Manoel Mota? O estado é laico, mas da mesma forma que o estado é laico, não pode interferir nas questões internas das Organizações Não Governamentais.

O processo de recuperação, o processo de tirar um viciado, um dependente químico das drogas, deputado Daniel Tozzo, envolve uma série de funções. É um processo multifuncional, tem que haver terapia, tem que ter psicologia, também tratamento químico da desintoxicação, mas o elemento principal e que se comprova nesses mais de 40 anos que temos essa forma de reabilitação de pessoas no Brasil é o fator religioso, seja lá qual for à bandeira. E o governo vem agora normatizar a proibição de usar religião dentro dos

centros de recuperação, dentro das comunidades terapêuticas?

Nunca vi o SUS, o governo nem o Ministério Público recuperar ninguém! Mas tenho inúmeros testemunhos de pessoas que foram usuárias, que podem vir aqui dizer que estão livres do uso da droga, por terem tido um encontro com Deus, com a religião, porque a fé que professam fez a diferença.

Srs. deputados, aonde vamos chegar quando o governo tenta impedir as pessoas que dão de si, o voluntariado, a trabalhar? Muitos desses centros de recuperação que estão espalhados pelo Brasil foram fundados por pessoas que passaram e que se livraram do problema da droga e agora querem livrar outras pessoas. Enquanto isso o governo vem com essa palhaçada de querer proibir de falar em religião dentro das comunidades terapêuticas em todos os estados brasileiros.

Isso é uma vergonha, um desserviço para essa gente voluntária e para essas entidades sérias que estão tendo comprometimento de tirar as pessoas da droga, um desserviço para esse terceiro setor aonde muitas vezes o braço do governo não chega, porque é incompetente e quando chega é com alguma ajuda. Enquanto aqui no estado de Santa Catarina, capitaneados pelo deputado Ismael Santos, fizemos um projeto no qual o governo paga mil vagas por mês para comunidades terapêuticas, o governo federal está prejudicando, porque proibir de falar em religião dentro dos centros de recuperação ou dos centros terapêuticos é uma vergonha.

E quero fazer a leitura de um texto que foi publicado na mídia nacional, de autoria do desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Marco Machado.

(Passa a ler.)

"Democracia antirreligiosa?"

Neste mês (agosto 2014), estarrecidos, observamos a divulgação de minuta de Resolução sobre um novo conjunto de regras do Conselho Nacional de Políticos sobre Drogas (Conad), este, pois, alicerçado em evidente impeditivo à utilização de religião no trato do dependente

químico. As referidas normativas, então legitimadas pelo governo federal e pelo presidente do Conad, Vitore Maximiano, que busca impedir doutrinas religiosas na recuperação de dependentes de substâncias psicoativas.

O primeiro senador a se levantar a respeito da tendência impositiva do governo foi o senador Magno Malta (ES) asseverando o quão prejudicial se mostra a limitação imposta pela própria realidade constada nas instituições cadastradas. Afinal, quase a totalidade das clínicas de tratamento está vinculada à religião. Os cadastros apontam que se as organizações não governamentais (ONGs) envolvidas e comprometidas com a recuperação, costumeiramente são estabelecimentos que funcionam como campanha solidária das religiões evangélicas, católicas, espírita dentre tantas outras vertentes que, costumeiramente estão voltadas ao apoio social e à doação de si ao outro, com elementar à vida.

Alguém questionou qual seria o impacto desse ato do governo às comunidades? Ainda passariam as Organizações Não Governamentais a receberem ordens limitativas dos agentes de estado às suas crenças, liberdades de manifestação, orientações fundantes e motivadoras, estas, pois, quase sempre em ações solidárias? Deixariam de ser não governamentais? Estamos diante de um estado intervencionista? Como podemos classificar essa orientação do estado laico? Podemos ressaltar que o fundamento é democrático? O que de fato simboliza a democracia?

Devemos primeiramente questionar o que significa um estado laico. Estado laico significa um país com uma posição neutra no campo religioso. Também conhecido como estado secular, o estado laico tem como princípio a imparcialidade em assuntos religiosos, não apoiando uma orientação específica ou discriminando/proibindo manifestações religiosas aos seus cidadãos. Isso porque o estado laico defende a liberdade religiosa.

Um país laico é aquele que segue o caminho do laicismo, uma doutrina que defende que a religião não é o fundamento para as ações do estado.

Afinal, o estado é laico, mas as pessoas não são. O governo estaria impondo a laicidade a todos os humanos ou, de forma mais perceptível, estariam os seus membros impondo uma postura antiDeus?"

Este é o texto que foi publicado pelo desembargador do Tribunal de Justiça do estado de Mato Grosso, dr. Marco Machado, que é um questionamento que temos que fazer aqui.

Portanto, vai aqui o meu repúdio em nome de todos que querem ver as pessoas livres das drogas, em nome de todos aqueles que se doam pelos outros para os tirarem da necessidade das substâncias psicoativas.

O meu repúdio ao governo federal, que está proibindo as instituições de falarem em Deus dentro do...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, jornal Alesc, companheiros e amigos que prestigiam o Parlamento na tarde de hoje, eu gostaria de fazer algumas considerações importantes.

Nós temos trabalhado em cima de uma BR que é um eixo importante, é o corredor do sul e do Mercosul, ou seja, a BR-101, rodovia essa que hoje está trazendo muitos problemas. Por quê? Porque planejaram as saídas e as entradas naquela BR e agora estão mudando tudo. Eu não sei de onde é que vieram essas cabeças iluminadas, pois depois de o tráfego estar todo certo, depois que todas as pessoas conheciam a saída e a entrada na rodovia, de repente mudaram tudo! Mudaram em tudo que é canto, criando um problema a toda a sociedade, criando problema a investidores, a postos de gasolina etc.

Então, é preciso ter mais conhecimento. Eu não sei se a razão é que sai um governo e entra outro, que quer fazer tudo diferente, mas a sociedade, Santa Catarina é uma só. Não dá para inventar de fazer uma mudança no tráfego sem ter conhecimento profundo. Ou será que os outros foram incompetentes e não souberam traçar o tráfego da BR-101 em Santa Catarina?

Mas o que nos deixa chateados e aborrecidos, deputado Kennedy Nunes, é que o Brasil pagou uma empresa para fazer fiscalização da BR-101. Eles só ganhavam para isso! O que é que eles levaram? Qual é a vantagem que tiveram, pois a BR-101 não foi concluída e foi feita reforma em tudo que é canto. Então, isso evidencia que a obra não teve nenhuma qualidade! Qualidade zero!

Foi bem traçado o projeto de engenharia, é projeto de primeiro mundo, mas a qualidade da obra é terrível! É reforma em tudo que é canto, é buraco em tudo que é canto, e a obra nem sequer foi entregue ainda. Já há lugar com duas reformas no mesmo local! Isso é meramente impossível de se aceitar.

Agora o que está acontecendo é que quando foi definido que a BR-101 seria executada, o norte do estado foi mais feliz, conseguiu concluir a obra, e ficaram durante muitos anos se arrastando para iniciar a execução da obra de Palhoça para frente. Será que não havia um iluminado para saber que tinha que ser construída a Ponte de Cabeçuda?! Primeiro fizeram a obra e, quando ela estava pronta, viram que era preciso fazer a ponte! Depois foi preciso executar o túnel do Morro dos Cavalos e houve também a questão do Morro do Formigão. Agora que a obra do Morro do Formigão está pronta e v.exas. sabem o que aconteceu? Não há a segunda ponte de Tubarão!

Então, meu Deus, assim é meramente impossível! Neste país as coisas são difíceis, pois não há planejamento nenhum! Isso é falta de planejamento, ou, então, é preparado para fazer mais licitação! Mas alguma coisa está errada nesse meio!

Ela é o corredor do Mercosul. Por ela passa toda a nossa produção para o norte e nordeste, e

estamos vivendo um momento ruim, um momento de uma obra cheia de buracos, sem qualidade.

Precisamos descobrir se essas empresas vieram para fiscalizar ou para ganhar dinheiro, porque quanto à fiscalização, não fizeram nada! Há muito obra em que foi colocado asfalto em cima de asfalto sem manutenção, e agora está abrindo tudo! E o povo vai pagando a conta e sofrendo com as ações incompetentes, sem planejamento.

Eu trabalho há 30 anos por uma rodovia que se chama BR-285, que liga Araranguá, Ermo, Turvo, Timbé do Sul, São José dos Ausentes, Bom Jesus, Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim, Carazinho, São Borja e Argentina. Fomos realizando a obra por etapas e hoje ainda faltam 22km. A obra está licitada, já faz um ano que entregaram a ordem de serviço numa solenidade, e agora o que está acontecendo é que se tem que contratar uma empresa para os técnicos fazerem a fiscalização, depois de sair a licença ambiental. Até agora o problema era a licença ambiental. Depois que ela saiu, o problema é que se tem que contratar uma empresa para os técnicos acompanharem toda a questão da pavimentação e da retirada das pedras, talvez para fazer o mesmo que fizeram os técnicos que estiveram na BR-101.

Foram 15 anos para conquistar a obra da Serra do Faxinal que vai beneficiar quem vai para os Canyons e para Canela, Gramado e Caxias do Sul. Quando metade da obra estava pronta, uma procuradora da República entrou com uma ação embargando-a. Durante quatro anos a obra esteve embargada e agora conseguimos reverter isso, já temos a licença ambiental, só que a obra irá custar R\$ 27 milhões a mais. Quem é que vai pagar a conta? O povo!

Agora, o que está acontecendo é que a empresa ganhadora - e já faz mais 40 dias que foi entregue a ordem de serviço - ainda não colocou uma máquina no local - e é uma empresa portuguesa. Se não vai executá-la, por que entrou na licitação?

Então, são por essas questões que a sociedade desacredita, cansa, paga a conta, e as coisas não andam.

Foi uma luta muito grande na questão da Barragem do Rio do Salto e na Barragem do Rio São Bento. Nós tivemos a grandeza de recuar e assinar na barragem, e o deputado Valmir Comin viveu esse momento das duas barragens. Mas as duas não iam sair. Então, assinamos na Barragem do Rio São Bento que tinha mais prioridade e hoje já atende a Criciúma e à região inteira com o abastecimento de água. Agora, a Barragem do Rio do Salto não sai do lugar.

Aqui nesta Casa aprovamos uma emenda de R\$ 13 milhões, que desapropriou todos os moradores. Quando saiu a licença, descobriram uma pontinha lá que tinha no passado, pois tinham feito um lixão. Mexeram no projeto todo, perderam a licença e agora não sai a licença para fazer essa obra tão importante. Obra que vai abastecer os perímetros urbanos, obra que vai manter a maior produção de arroz irrigado do país que fica naquela região.

Então, é um passo para frente e outro para traz. É uma luta difícil de encarar e poder ver a sociedade alegre, feliz, porque as coisas vão se realizando, mas as coisas são muito demoradas.

Para quem não sabe, hoje, sou muito conhecido pela minha luta do Porto de Imbituba, um dos portos mais seguro de Santa Catarina. E depois que o governo o pegou, ele triplicou o movimento. É um porto que temos o orgulho de ter trabalhado por ele.

O aeroporto de Jaguaruna é um aeroporto importante e está pronto. A TAM e a GOL já se inscreveram. Precisamos agora é da aparelhagem que está sendo licitada. Mas tudo isso é com lentidão, porque tudo aquilo que vai para o sul parece que vai com uma faixa tampando os olhos, ou a passos de tartaruga. Precisamos agir com mais força, precisamos fazer as coisas acontecerem com mais força. A sociedade do sul inteiro, um grande recolhedor de ICMS, é uma geradora de empregos e de renda, é uma região de potencial muito forte que precisa empreender muito para haver uma valorização de toda a população. E trabalhamos em cima disso.

Hoje, 20% do Parlamento luta com o objetivo de desenvolver ainda mais o sul. Agora, cada um tem a sua eleição, cada um tem o seu partido. Mas vamos ter a grandeza de ao término das eleições estar juntos em defesa do desenvolvimento do sul. Hoje, temos duas regiões que são penalizadas, que é o sul e a região serrana. As duas são penalizadas, temos que dar cobertura.

Acho que a população trabalha, vota e espera de um político resultados positivos, resultados de realização, sentimento de luta e trabalho. É assim que trabalhamos, é assim que continuamos trabalhando nesses 32 anos de vida pública, de muito trabalho e responsabilidade, mas também em cima de muita lealdade ao povo e à região.

O nosso compromisso é com Santa Catarina. Mas o sul é onde moramos, portanto, temos que defendê-lo de corpo e alma. É evidente que não defendo somente o sul; eu trabalho por toda Santa Catarina. Sou parceiro em todos os momentos do nosso estado, mas é preciso darmos uma resposta para onde viemos, onde fica a nossa maior representação. É assim que trabalhamos; é assim que esperamos continuar trabalhando na busca de resultados para o nosso povo. O tripé do desenvolvimento são as BRs, o porto e o aeroporto. Esse é o tripé do desenvolvimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Sandro Silva, de Joinville. Na semana passada, sr. presidente, um funcionário meu estava indo trabalhar, num sábado, de bicicleta, na parte da manhã. E um menino de cor, que o deputado Sandro Silva conhece muito bem, o Quirino, acabou sendo atropelado por um veículo. Ele foi conduzido ao Hospital São José

de Joinville, nossa cidade. Lá ficou desde a parte da manhã até o final do dia.

No dia seguinte, fiz uma visita a ele. E além de impressionado também fiquei constrangido, porque ele ainda se encontrava no corredor, em cima de uma maca, junto com vários pacientes também em macas, parecendo mais um hospital do Iraque, do Afeganistão do que propriamente um hospital do sul do país, de uma cidade extremamente desenvolvida como é o caso de Joinville.

Estava prevista a cirurgia do Gilson Quirino na terça-feira, pois estava com o fêmur quebrado por ocasião do acidente. Quirino já havia sido encaminhado ao hospital, mas por conta de alguns problemas foi feita a cirurgia na quinta-feira, ou seja, sábado, domingo, segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira, foram seis dias depois de sofrer o acidente e seis dias com a fratura, aguardando a cirurgia.

Num primeiro momento, houve revolta por conta de que é uma pessoa muito próxima de nós, que estava sofrendo muito, tomando até morfina para acalmar a dor, baixar a febre, enfim, mas junto com ele tinha uma série de outras pessoas na mesma situação. E aí fiquei pensando: o governo do estado tem direcionado dinheiro aos hospitais, e não é pouco, não só para Hospital Regional como também para o próprio Hospital São José.

O Hospital São José tem novos leitos, já recebeu melhoramentos e muitos melhoramentos, mas o raciocínio que fazemos é quanto mais leito fizer, mais leitos vão estar lotados. Quanto mais dinheiro se colocar, mais dinheiro vai precisar tanto lá quanto no Hospital Regional.

Eu sempre entendi que deveríamos ter uma ala, a construção de um prédio anexo ao Hospital São José, apenas para traumatologia de pessoas acidentadas, atiradas, enfim, separado do próprio hospital, para que se pudesse de alguma forma separar um pouco as questões de violência, de acidentes violentos etc. das outras questões, por exemplo, de doenças, de pessoas que procuram e vão parar no hospital por problemas de doença.

O problema é que hoje está tudo na *internet*. Se em São Bento do Sul ou em Mafra tem uma pessoa que precisa ser internada imediatamente, pesquisa-se no computador, e se em Joinville existe vaga, encaminha-se para Joinville; se em Jaraguá do Sul tem vaga, encaminha-se para Jaraguá do Sul; e se não há vaga em nenhum dos dois, procura-se em Florianópolis. Enfim, no sistema está-se procurando um jeito de colocar o seu paciente.

Então, Joinville, por ser uma cidade pólo, pode ter mais um hospital. E não dou meio ano para termos mais um hospital lotado e mais gente pelos corredores, por conta do problema sério que nós temos neste país, que são os problemas com acidentes e das doenças. Tudo por conta de um problema extremamente cultural.

Os acidentes acontecem aos montões, porque não respeitamos limites de velocidade, pois dificilmente vemos alguém andando, no centro das cidades, a 40 km/hora. E o que acontece? Acontece que a pessoas acidentadas vão imediatamente para o hospital. E se tem alguém esperando um leito, esperando uma cirurgia eletiva, fica sem lugar, pois se tem um quarto, quem vai para lá é o acidentado.

O meu neto estava tentando me fazer a cabeça para ajudá-lo a comprar uma moto. Eu disse que não iria fazer isso. Eu sou motociclista há 40 anos e não estou no cemitério porque ele lá em cima não quis, mas já tive várias oportunidades de ter ido embora dessa, por conta da prática do motociclismo.

Ele disse para eu ficar tranquilo que ele iria tomar cuidado. Eu disse a ele que se quisesse comprar uma moto teria que ir comigo ao hospital São José. Levei-o à ala dos acidentados por motociclismo. Mostrei a ele todos os meninos que também tinham um sonho de andar de moto. E caminhamos por várias alas, por vários quartos e vimos que a maioria dos acidentados não tinha muito mais do que a idade dele, 19 anos. Depois que saímos de lá falei que quem sabe mais tarde ele deveria comprar um carrinho usado ao invés de ter uma moto. "Mas, vô, você tem moto!" "Não te

bastou olhar tudo aquilo?" "Está bom, você ganhou." Para mim foi uma vitória, porque, pelo menos, durmo sossegado.

Eu tinha que falar sobre essas questões dos hospitais, mas infelizmente nesse horário não vai dar. Eu volto numa outra oportunidade para conversarmos sobre essas questões hospitalares que não são só problema de Joinville, mas de todo esse país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Fim do horário dos partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0218/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que altera a Lei n. 4.632, de 1971, que declara de utilidade pública a União dos Escoteiros do Brasil - Região de Santa Catarina, em Joinville.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0245/2012, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que declara de utilidade pública a Associação dos Bombeiros Comunitários de Benedito Novo e Doutor Pedrinho, com sede no município de Benedito Novo.

Ao projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0442/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que altera a Lei n. 8.335, de 1991, que declara de utilidade pública a Rede Regional Feminina de Combate ao Câncer de Canoinhas.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0109/2014, de autoria do deputado Altair Guidi, que denomina a rodovia Nasareno Domiciano da Rosa o trecho compreendido entre o município de Rio Rufino e o município de Urupema (entroncamento SC-370).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0114/2014, de autoria do deputado Altair Guidi, que denomina rodovia deputado Aristides Bolan o trecho da rodovia SC-446 compreendido entre a Avenida Centenário, no município de

Criciúma, até o acesso da BR-101, no município de Içara.

Dentro deste projeto foi apensado o PL. 0345/2013.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s 0392, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0393 e 0394, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0395, 0396, 0403, 0404, 0405 e 0406, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0397, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0398, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0399 e 0402, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0400 e 0401, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0407 e 0408, de autoria do deputado Nilso Berlanda.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 714 e 719 de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 715, 716 e 717, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 718, de autoria do deputado Aldo Schneider; 720, 721, 722, 723 e 724, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 725, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 726, de autoria do deputado Marcos Vieira; 727 de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 728, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 729, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 731, de autoria do deputado Reno Caramori; 733, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 734, de autoria do deputado Edison Andrino, 735, de autoria do deputado Ismael dos Santos.

Requerimento n. 730, de autoria do deputado Neodi Saretta, solicitando o encaminhamento de

mensagem ao diretor da RBS TV no estado, com o pedido de melhoria e expansão do sinal de transmissão da RBS TV em Seara.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 732, de autoria do deputado Nilso Berlinda, solicitando encaminhamento de ofício ao diretor presidente da Celesc, com pedido de informação sobre a qualidade e distribuição de energia elétrica no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 81, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao presidente da República e ao Ministro da Saúde, apelando pelo reajuste, em caráter de urgência, da tabela do SUS para os hospitais filantrópicos e para os médicos que neles prestam seus serviços.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 82, de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser enviada ao ministro da Pesca e Aquicultura, apelando pela celeridade dos processos de liberação e renovação das licenças dos pescadores de camarões sete barbas no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência registra e agradece a presença em nosso meio, na sessão desta tarde, dos alunos do curso de Direito, primeira fase, da Universidade Federal de Santa Catarina. Sejam bem-vindos à Casa do Povo catarinense e à sessão desta tarde.

Esta Presidência comunica e manifesta pesar aos familiares do nosso saudoso já prefeito do município de Marema. Lamentavelmente, neste final de semana, o nosso partido perdeu um dos seus integrantes, nosso querido prefeito Valdomiro e sua esposa, que se envolveram num acidente. Ficamos consternados pelo prematuro passamento do prefeito e sua esposa que, envolvidos em um acidente, acabaram perdendo a vida. Queremos, portanto, manifestar aos familiares do querido prefeito, aos munícipes de Marema, o nosso pesar. Infelizmente, não pude participar do sepultamento, mas os deputados Altair Silva, Maurício Eskudlark, Moacir Sopelsa e outros companheiros lá estiveram e informaram-nos da comoção que tomou conta do pequeno município de Marema pela morte prematura do querido prefeito Valdomiro e sua esposa.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Somo-me às condolências.

Também quero fazer o registro da grande perda do vereador Carlos Ely Castro, de Itajaí, policial federal aposentado, com uma carreira brilhante, de uma conduta ilibada, mas que foi acometido de câncer e veio a falecer no último sábado. Ele foi um lutador pela Guarda Municipal Armada, de Itajaí. E o prefeito Jandir Bellini fez o registro

que esse projeto da Guarda precisa ter a lembrança do vereador Carlos Ely. Então, o nosso sentimento a todos da família e ao município pela perda do vereador.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Eu quero também me irmanar e desejar pesar à família do nosso ex-prefeito de Marema e esposa pelo passamento. O prefeito não era do meu partido, mas era um amigo. Quando vinha aqui sempre passava no nosso gabinete. Eu tenho absoluta certeza de que estava fazendo uma grande administração. Por isso, a comoção de toda comunidade do município.

Eu também quero registrar com pesar, e sei que o deputado Neodi Saretta também o faz, que em Concórdia perdemos um grande amigo, um homem que alegrava as pessoas, um homem do rádio, um homem que viveu mais de 60 anos em Concórdia, vindo do Rio Grande do Sul, o Antoninho da Fronteira. Ele foi vítima de um câncer, uma pessoa que, sem dúvida, vai nos fazer falta em todos os momentos, mas especialmente nos momentos em que nos alegrava e a toda a nossa população na rádio. Assim, as nossas condolências à sua família.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Associamo-nos, em nome desta Casa, às condolências que v.exa. remete aos familiares.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, como o deputado Moacir Sopelsa já ressaltou, o Antoninho da Fronteira era uma pessoa bastante conhecida na comunidade regional de Concórdia, pelos seus programas de rádio, assim como sua família. Por isso, faço esse registro de condolências.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu gostaria também, nesse mesmo sentido, infelizmente, de fazer o registro de falecimento, no dia de hoje, não apenas de um grande mecânico da cidade de Itajaí, mas de um amigo que aos 39 anos, ontem, ao chegar a casa, depois do trabalho, enfartou e morreu. Refiro-me ao meu amigo Gilson de Souza Júnior. Ele era cantor do conhecido grupo de Santa Catarina da igreja evangélica Assembleia de Deus, de Itajaí, Magna Ha Shalom. Deixa família e amigos enlutados. Pela manhã, passei lá no aguardamento do corpo que será às 17h sepultado.

Então, gostaria deixar aqui o meu sentimento de pesar e grande tristeza por ter perdido esse grande amigo, o Gilson, mais conhecido como Júnior, que aos 39 anos sentiu uma dor no peito e acabou tendo um fulminante enfarte.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, volto a esta tribuna para fazer um registro muito importante, deputado Sandro Silva, com relação ao que estamos vivendo lá em Joinville.

Eu vi aqui, hoje, o deputado Nilson Gonçalves, falar da questão do nosso amigo "Quirino" que passa por essa dificuldade. Então, gostaria falar especificamente sobre o nosso trânsito em Joinville.

Quem vai para a região leste, ali na rua Iririú, não se sabe o que realmente o prefeito Udo Döhler está querendo fazer naquela cidade. Eu não consigo imaginar uma ação tão desastrada, que transforma a citada rua num anel viário. E o pior

de tudo, deputado Sandro Silva, é a intransigência do prefeito em manter as coisas como estão, sendo que todos os comerciantes, moradores e usuários da região leste de Joinville estão fazendo manifestações, paralisações, querendo conversar com o prefeito, mas ele não aceita conversar com as pessoas que usam no dia a dia aquela região.

Deputado Nilson Gonçalves, v.exa. conhece bem a Millium da Iririú, toda aquela região entre a Papa e a rua Iririú, a curva do Nereu. E agora nunca se vendeu tanto GPS para as pessoas conseguirem chegar às suas casas, porque não conseguem. E o que vai a cabeça formando? E o pior de tudo é que como o mapa não está atualizado, o GPS não está funcionando.

O Sr. Deputado Sandro Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Sandro Silva - Eu quero testemunhar e também, para colaborar com a sua fala, dizer que fui quatro vezes para Joinville, depois dessa mudança, e em nenhuma das quatro vezes eu me encontrei. Eu me perdi muitas vezes no trânsito, porque a sinalização está muito ruim. E não é a primeira atrapalhada do governo municipal desse município, ou seja, na rua Guanabara foi a mesma coisa. Foram fazer um corredor de ônibus, os moradores protestaram contra esse corredor, que acabou virando uma ciclovia que está do tamanho de uma faixa de ônibus. Então, realmente é uma situação muito complicada.

Eu quero também citar o trabalho do vereador Maycon Cesar, de Joinville, que tem acompanhado a comunidade, fechado ruas, queimando pneus, justamente para chamar atenção do governo municipal sobre esse tema importante que é esse anel viário que está sendo construído na cidade, que é uma tragédia para o trânsito da zona leste da cidade.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, pelo seu aparte, deputado Sandro Silva. E v.exa. já registrou tudo, tentou ir quatro vezes à cidade e se perdeu. Então, se nós que somos de Joinville, deputado Nilson Gonçalves, estamos dizendo isso, e

imaginem quem sofre no dia a dia para fazer o anel viário.

Quem vai para o Hospital Regional, para conseguir ir para a Curva Do Nereu ou para o Jardim Iririú, ou para a Rua das Cegonhas ou para o Bairro Portinho, tem que fazer uma volta enorme. Os motoristas não conseguem ir pela rua Papa João XXIII e têm que fazer toda uma curva para chegar à rua Piratuba, por exemplo. Ou então, quem depende de ônibus, tem que atravessar três avenidas perigosas para conseguir pegar o ônibus no outro lado da rua Tupy, naquela ilha que tem na entrada do Iate Clube, para conseguir pegar um ônibus e poder ir à Curva Do Nereu e não precisar passar pelo centro da cidade.

Eu não sei, sinceramente, como é que um prefeito municipal consegue ser tão intransigente. Aliás, deputado Daniel Tozzo, lá em Joinville quem tinha que receber a chave da prefeitura chama-se Ministério Público, porque quem está determinando as coisas na cidade é o Ministério Público, que também está determinando a questão do fim da fila para a espera para cirurgias de especialidades, para consultas com especialistas. É o Ministério Público que agora determinou a licitação, deputado Dirceu Dresch, de trocas de lâmpadas na cidade, porque estamos com 9.700 mil lâmpadas queimadas e não conseguimos trocar, porque a licitação venceu e o prefeito não fez.

Na licitação das máquinas houve tanta imprudência, para não dizer outra coisa, com relação ao governo municipal, que o prefeito pegou todos os operadores de máquinas e passou para motoristas. Como ele iria terceirizar as máquinas, houve essa passagem de cargo. E quando ocorreu a licitação das máquinas, entraram na Justiça e suspenderam a licitação. Agora, as máquinas estão paradas nas secretarias regionais, porque não tem mais operadores de máquinas.

Essas máquinas não podem ser contratadas pelos terceirizados, porque entraram na Justiça contra o segundo colocado, e os bairros estão virados num buraco, estão patrolando com retroescavadeira,

porque não tem operador de máquina. Isso acontece lá em Joinville!

Quanto ao estacionamento rotativo, já faz 15 meses que está parado, porque não conseguem fazer uma licitação do estacionamento rotativo. Agora, por conta de uma ação do Ministério Público, vão colocar os radares eletrônicos, porque conseguiram vencer na Justiça essa questão.

É um negócio impressionante! É claro que eu já imaginava que esse governo iria ser desastroso. E para mim não é nenhuma novidade, porque eu já imaginava que alguém que nunca teve participação na vida pública e na coisa pública vir para o serviço público não iria dar certo.

Agora, a maior frustração deve ser para o deputado Sandro Silva que o apoiou no segundo turno e para todos os outros eleitores de Joinville que viram em Udo Döhler a grande saída, quando nós disputamos o segundo turno.

Então, gostaria de pedir ao prefeito Udo Döhler que atenda ao povo da região leste e que faça alguma coisa. Agora ele está na Alemanha. Talvez, se alguém pedir em alemão, ele atenda, porque para ter um pedido atendido em Joinville ou tem que falar alemão ou se amarrar na frente da prefeitura.

É uma vergonha o que está acontecendo em Joinville. E peço mais uma vez para a prefeitura daquele município parar de ser intransigente, parar de brincar com o cidadão, com os motoristas. Façam coisas de cidade grande, pois nem nas cidades pequenas há pessoas tão incompetentes na gestão de trânsito como acontece em Joinville.

Srs. deputados, é impressionante o que ocorre, pois os caras adoram fazer anel viário, mão única, mão inglesa, mas tudo que fazem não dá certo, pois não existe planejamento, uma visão de futuro para a cidade. E ainda deixam certas pessoas do governo querer mandar na cidade, como, por exemplo, o presidente atual do Ippuj, que pensa que manda na cidade, só porque desenha um projeto, bota para cá, bota para lá. No papel fica tudo bonitinho, mas não vê como é no dia-a-dia.

Nobres candidatos que estão pensando em ir agora para Joinville buscar alguns votos, peguem o mapa atualizado do GPS, porque nem nós, deputados da região, estamos conseguindo chegar às casas dos nossos eleitores da região leste, porque está tudo trancado.

Vou aproveitar o Google e ver como se diz em alemão: "prefeito, atenda à população", porque talvez falando em alemão ele consiga atender, ou alguém vai ter que se amarrar lá na frente da prefeitura. Já pensou se todos que quiserem alguma coisa tiverem que se amarrar na frente da prefeitura? Vai faltar grade para tanta corrente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Daniel Tozzo, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, público presente, venho à tribuna hoje para parabenizar, com um pouquinho de atraso, o município de Chapecó que completou 97 anos, no dia 25 de agosto.

Chapecó, em 1950, tinha pouco mais de 5.000 habitantes, e a divisa do município era com Joaçaba até a Argentina e o Rio Grande do Sul até o Paraná. No último censo divulgado Chapecó superou a marca de 202 mil habitantes.

Acabo de ver agora, no *Click RBS*, no site de notícias, que o município foi atingido por uma chuva de granizo e tempestade, aliás, nos meses de setembro e outubro Santa Catarina é premiada, pois quando não é uma região é outra, quando não são todas as regiões atingidas por vendavais.

Parabéns, Chapecó, povo chapecoense e povo do oeste, pela história que começou com a extração da madeira, na metade do século passado, e depois veio a plantação de grãos, a criação de animais, as indústrias de alimentos, a indústria metalmeccânica. Tudo isso trouxe esse crescimento

acelerado, mesmo com dificuldades, porque o oeste, primeiro, teve que ser construído pelo povo trabalhador, para depois o governo dar atenção. A verdade é que aprendemos a planejar e a prever os acontecimentos, principalmente o crescimento ordenado de Chapecó e de todo oeste.

Nós enfrentamos diversos problemas para escoar a nossa produção. O governo anterior iniciou o projeto de asfaltar todos os municípios de Santa Catarina, principalmente os do oeste do estado, e o governo de Raimundo Colombo conseguiu finalizar esse processo. Houve melhorias nos acessos, foram realizadas grandes obras em escolas, em hospitais, de forma acelerada, mas é necessário mais do que isso.

A nossa cadeia produtiva, as nossas grandes empresas que lá produzem alimentos ameaçavam, deputado Dirceu Dresch, de ir para o centro do país, na região produtiva de grãos. Muitas foram para lá e outras conseguimos, com o esforço dos produtores, com o esforço das cooperativas, dos empresários, do governo, segurar no oeste de Santa Catarina. E quem ficou está feliz, porque o crescimento continua acontecendo. Exemplo disso é a carne suína que há pouco tempo, quando a Rússia trancava a compra, estava um caos, ninguém mais queria produzir suíno, o preço caía muito, era pouco mais de R\$ 1,00 o quilo. Mas com o esforço dos governos estadual, federal, do ministério da Agricultura, de empresas bem organizadas conseguimos abrir mercado, principalmente para o Japão e outros países. Hoje, a realidade da suinocultura em Santa Catarina é outra, graças ao trabalho da secretaria da Agricultura e de todos os órgãos governamentais que contribuíram para esse processo.

O oeste olhou para frente e foi buscar união, conversa e diálogo entre os governos para construir esse caminho da produção com continuidade de crescimento, muitos investimentos de infraestrutura foram feitos nos últimos anos, temos três situações que já iniciaram o processo, mas é fundamental que aceleremos ao máximo tudo isso. E venho falar sobre esta questão depois de

reuniões com entidades, com produtores, com empresas, com o povo de Chapecó e da região.

Ano que vem eu não estarei nesta Casa porque não sou candidato à reeleição, mas venho fazer este apelo para os deputados, para toda a Assembleia, no sentido de que lutem para que aceleremos ao máximo esses três grandes projetos que vou citar, que já estão em andamento, que se fazem necessários para que o oeste catarinense continue escoando sua produção, crescendo e fixando o homem ao campo, para atender também o crescimento da cidade de Chapecó de uma forma organizada e decente, porque se em 64 anos saímos de 5.000 habitantes, reduzimos o nosso espaço de cidade e passamos para 200.000 habitantes, o crescimento lá vai continuar, com certeza.

Primeiramente, quero falar sobre o projeto que a Casan está desenvolvendo e que o governo já deu o primeiro passo da água do rio Chapecozinho, que abastece o município de Xanxerê, de Xaxim, de Cordilheira Alta e de Chapecó. É importante esse projeto porque nós preservamos o Aquífero Guarani, que talvez seja o maior patrimônio que este estado tenha hoje. Isso tem que ser acelerado e tem que ser continuado o mais breve possível, para que a população não sofra com a falta de água.

Outro projeto é o da duplicação da BR-282. O projeto iniciou no município de Xanxerê, no perímetro urbano, ficou um tempo paralisado, mas agora foi retomado e tem que ser concluído em toda a extensão da BR-282. Mas, pelo menos, para os próximos anos, que seja concluído o trecho da BR-282 de Xanxerê ao trevo de Chapecó, e por que não até Pinhalzinho? Esse trecho é de extrema importância para que, além da segurança e de salvar vidas, tenhamos melhores condições para escoar a nossa produção. Água e rodovia!

Outro projeto é sobre a questão da energia. É verdade que em Santa Catarina, pelos dados que temos, pelo trabalho que a Celesc e tantas outras empresas fazem, temos índices aceitáveis de interrupções, de quedas, melhores até do que os índices em nível nacional. Mas Chapecó, especificamente, tem tido quedas frequentes. Esses

índices lá não são essa realidade. E não é culpa das empresas que fornecem energia e dos seus funcionários. Mas necessitamos de investimentos para que esse sintoma de crise não venha a crescer e causar uma crise no fornecimento de energia do oeste de Santa Catarina também.

As subestações de Pinhalzinho e Concórdia - e por sinal quero parabenizar o engenheiro eletricitista Nelson Akimoto pela excelente entrevista na revista da Acic de Chapecó, na qual muito bem explanou esse problema que pode acontecer, se não houver planejamento -, devem ser concluídas ainda em 2015, e não em 2016, como está previsto, para que o abastecimento de energia elétrica - e hoje 50% da energia atende às indústrias e o meio rural - não sofra com quedas e não atinja as 250 milhões de cabeças de frangos e as 7,5 milhões de cabeças de suínos que temos, e também a produção da nossa agroindústria do oeste de Santa Catarina.

É indispensável que a rodovia para escoar a produção; a água para atender a população, as indústrias e o meio rural, principalmente na produção e criação de animais; a preservação do Aquífero Guarani e o fornecimento de energia elétrica sejam pensados e planejados de uma forma muito eficiente para que o oeste de Santa Catarina, que ficou conhecido no mundo todo como o grande produtor de alimentos, continue exercendo a sua função social e econômica com todo o sucesso e com a ordem e organização que sempre foram as características do povo do oeste de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, às 10h, conforme calendário especial, com a seguinte

Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.